



**Universidade Federal de Minas Gerais**

**Colégio Técnico**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Sistema de Registro de Preços**

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**(COMPRAS)**

**PREGÃO SRP Nº 03/2018**

**Processo Administrativo nº 23072.031892/2018-80**

**1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de mobiliário, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes, estabelecidas neste instrumento, no anexo I.

1.1.1. A especificação das características técnicas e construtivas dos móveis foi elaborada de modo a garantir a qualidade e usabilidade do produto, sem direcionar para nenhum fabricante específico, conforme determina a legislação vigente. Razão pela qual a maioria dos itens se restringe à descrição. Portanto, os itens a serem adquiridos não estabelecem características de marcas ou produtos específicos que possam restringir a competitividade do certame.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A aquisição de mobiliário se faz necessária para manutenção de laboratórios de informática, substituição das carteiras dos alunos que estão velhas e já inapropriadas para uso, possibilitar aos servidores, com a aquisição de cadeiras giratórias, bem estar no desenvolvimento das atividades. Com a aquisição do banco tamanduá, objetiva-se criar um ambiente que favoreça: descanso, estudo e socialização dos alunos, gerando melhor e maior ocupação do hall em frente à portaria II. A própria natureza dos mobiliários determina que sejam permanentes. Os quantitativos foram estimados baseando-se nos mobiliários a serem trocados e substituídos. Foram efetuados os cálculos de consumo e projetada a demanda dos mobiliários, considerando uma margem de segurança para garantir o pleno abastecimento dos bens durante a vigência da ARP.

**3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

3.1. Os bens permanentes a serem adquiridos na presente licitação enquadram-se na definição de MATERIAIS caracterizados como comuns, tendo em vista que possuem características tecnicamente padronizadas, de aferição simples cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado.

3.2. Assim, pois, se tratando de MATERIAIS comuns para esta modalidade licitatória, em sua forma eletrônica, fica cumprida exigência do art.1º do Decreto n.º 5.450/2005, o §1º de seu art. 2º, bem como o art.4º.

**4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**



**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**Colégio Técnico**

- 4.1.** O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de recebimento da Nota de Empenho, que no presente processo de compra tem força de contrato entre as partes.
- 4.1.1.** Os itens deverão ser entregues em remessa parcelada nos endereços seguintes: Almoxarifado do Colégio Técnico da UFMG ó sala 115 ó 1º andar ó Avenida Antônio Carlos, 6627 ó Pampulha ó Belo Horizonte/MG ó CEP: 31.270-290.
- 4.1.2.** Seção de Patrimônio, sala 1037, Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, localizada na Av. Antônio Carlos 6627, Pampulha - Belo Horizonte/ Minas Gerais.
- 4.1.3.** Horário de entrega: 08h00 às 11h00 ou de 13h30 às 15h00, em dias úteis.
- 4.2.** Constarão no edital do Pregão as seguintes exigências quanto ao fornecimento dos mobiliários:
- 4.2.1** As medidas especificadas nos produtos podem ter pequenas variações (até 5% para mais ou para menos) em função de cada fabricante.
- 4.2.2** Para todos os itens solicitados, deverão ser enviados certificados ou relatórios de desempenho, dos produtos, para ensaios de resistência, durabilidade, entre outros, conforme destacado, nas especificações de cada item, no Caderno Mobiliário da UFMG. Os produtos ou partes ensaiadas devem estar identificados nos certificados ou relatórios de desempenho dos produtos emitidos pelos laboratórios e devem estar de acordo com o produto apresentado na proposta e catálogos das licitantes.
- 4.2.3.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, Certificado de conformidade com as NBRs especificadas para cada produto, emitido pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- 4.2.3.1.** Os certificados/relatórios de desempenho, referente ao subitem **4.2.2**, deverão ser emitidos por **laboratório acreditado pelo INMETRO**, com escopo abrangendo às referidas normas - subitem **4.2.3**.
- 4.2.3.2** Os certificados ou relatórios de desempenho dos produtos somente terão validade enquanto a norma exigida estiver em seu período de vigência. Caso contrário, não serão ser aceitos.
- 4.2.3.3.** A não apresentação do(s) mencionado(s) documento(s) implicará automática desclassificação da proposta da licitante.
- 4.2.4.** Para todos os itens constantes no Anexo I deste Termo, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I Instrução Normativa IBAMA Nº 6 DE 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.
- 4.2.5.** Prazo de validade da proposta, de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da licitação;



**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**Colégio Técnico**

**4.2.6.** Prazo de validade dos preços registrados deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, contados da data estipulada do registro ó da Ata de Registro de Preços;

**4.2.7.** Preço de mercado, fixo e irremovível, vigente na data de abertura deste Pregão, expresso em Real, incluídas todas as despesas de qualquer natureza (*frete, tributos, seguros, etc.*).

**4.2.8.** Prazo de vida útil/validade: de no mínimo 5 (cinco) anos, a contar do recebimento provisório.

**4.2.9.** A licitante deverá descrever, na proposta de preços o endereço completo do *show-room*, se houver, ou o local em que poderão ser vistos os mobiliários montados em caso de visita a ser agendada.

**4.2.10.** A licitante deverá informar no campo "*descrição detalhada do objeto*", se a garantia será prestada pelo fornecedor ou fabricante. Em caso de omissão, a Administração considerará como sendo prestada pelo fornecedor.

**4.2.10.1.** No período de garantia, a assistência técnica, para conserto ou reparo, deverá ser prestada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da comunicação do Colégio Técnico da UFMG, no local de instalação do(s) bem(ns) ou na oficina técnica, quando o conserto assim o exigir, sem ônus para a Contratante, sendo a Contratada responsável pelo cumprimento da obrigação, inclusive quanto ao transporte do(s) bem(ns), caso ocorra.

**4.2.10.2.** Havendo necessidade, deverá ser realizada a troca do(s) bem(ns) ou do(s) componente(s) defeituoso(s), no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis e 03 (três) dias úteis, respectivamente, contados da comunicação da Contratante, por conta e ônus da Contratada.

**4.2.11.** A empresa fornecedora deverá ter equipe de manutenção na região metropolitana de Belo Horizonte.

**4.2.12.** Os mobiliários devem ser embalados adequadamente para que não sofram danos durante o transporte ou armazenamento.

**4.2.13.** A entrega dos mobiliários deverá ser acompanhada por um funcionário designado pelo fornecedor, que deverá averiguar, junto ao solicitante, as condições de entrega e se a mercadoria atende às especificações exigidas.

**4.2.14.** Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05(cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**4.3.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10(dez dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**4.4.** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**4.4.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



## **Universidade Federal de Minas Gerais**

### **Colégio Técnico**

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.6 A Licitante vencedora deverá possuir assistência técnica credenciada e autorizada pelo fabricante na região metropolitana de Belo Horizonte/MG, visto que, alguns equipamentos serão utilizados no setor de Análises Clínicas, onde são realizadas pesquisas biológicas. Sendo assim, qualquer alteração no funcionamento dos equipamentos deve ter intervenção imediata para não comprometer o resultado de tais pesquisas.

## **5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da



**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**Colégio Técnico**

respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

**6.1.2.** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**6.1.3.** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**6.1.4.** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**6.1.5.** manter, durante toda a vigência da ata de registro de preços e execução das contratações respectivas, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**6.1.6.** indicar preposto para representá-la durante a vigência da ata de registro de preços e a execução das contratações decorrentes.

## **7. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**7.1** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**8.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **9. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

**9.1.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**9.2.** O comissão entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e

**9.2.1.** recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.



**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**Colégio Técnico**

- 9.3.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.4.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 10.1.1.** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 10.1.2.** ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.3.** fraudar na execução do contrato;
- 10.1.4.** comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.5.** cometer fraude fiscal;
- 10.1.6.** não manter a proposta.

**10.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 10.2.1.** advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 10.2.2.** multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20% (vinte por cento) e observado o valor mínimo de R\$50,00;
- 10.2.3.** multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 10.2.4.** em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;





**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**Colégio Técnico**

**10.2.5.** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**10.2.6.** impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

**10.2.7.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**10.3.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

**10.3.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**10.3.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**10.3.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**10.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**10.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**10.6.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **11. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**11.1** A contratada deverá adotar, sempre que possível, práticas de sustentabilidade ambiental na execução de serviços e no fornecimento de bens e materiais agregados para a UFMG.

**11.1.1** As madeiras maciças utilizadas nos produtos devem ser oriundas de áreas de reflorestamento em conformidade com a legislação vigente ou de áreas de florestas nativas com projetos de manejo florestal aprovados por órgãos oficiais.



**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**Colégio Técnico**

Belo Horizonte, 31 de outubro de 2018.

---

Edson de Assis Costa.

Setor de Compras do Colégio Técnico da UFMG

**Aprovo o presente Termo de Referência, nos termos do inciso II do artigo 9º do Decreto nº 5.450/2005. Em atendimento ao disposto no inciso III do artigo 8º do mesmo Decreto, retro mencionado, autorizo a abertura do Pregão.**

Belo Horizonte, 31 de outubro de 2018.

---

Kátia Pedroso Silveira  
Diretora do Colégio Técnico/UFMG.